



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO
CENTRAL DE CURITIBA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA - PROCESSO ADMINISTRATIVO
- PROJUDI CORREIÇÃO - PROJUDI
Prefeito Rosaldo Gomes M. Leitão, s/n - 9º Andar - Curitiba/PR

Processo nº: 0002778-44.2018.8.16.7000

Ata Correcional do Foro Judicial

Serventia Correcionada: 11ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

DADOS GERAIS

QUESTÃO	RESPOSTA	OBSERVAÇÃO
1-ENDEREÇO		
1.1-A Unidade Judicial está localizada no edifício do Fórum?	Sim	
1.2-A Unidade Judicial funciona em imóvel próprio do Tribunal de Justiça?	Sim	
2-QUADRO FUNCIONAL DA UNIDADE JUDICIAL		
2.1-Escrivão / Chefe de Secretaria:	1 N o m e d o Funcionário/Servidor: Ivo Querino Niklevicz Júnior Matrícula do Funcionário/Servidor: 50176	
2.2-O responsável pela unidade judicial é remunerado pelo Tribunal de Justiça?		
2.3-Relação de Supervisores:		
2.4-Relação de Analistas Judiciários da Área Judiciária:	1 N o m e d o Funcionário/Servidor: JORGE CAMILOTTI FILHO Matrícula do Funcionário/Servidor: 50361	



2.5-Relação de Técnicos Judiciários:	3 N o m e d o Funcionário/Servidor: Marcos José Feierabend Matrícula do Funcionário/Servidor: 5 1 0 8 7 N o m e d o Funcionário/Servidor: Juliana de Lima Rodrigues Matrícula do Funcionário/Servidor: 5 1 8 2 5 N o m e d o Funcionário/Servidor: Gisele Ferreira de Lima Matrícula do Funcionário/Servidor: 51309	
2.6-Relação de Técnicos de Secretaria:	2 N o m e d o Funcionário/Servidor: Paulo Eduardo da Silva Mazzarotto Matrícula d o Funcionário/Servidor: 1 4 3 6 5 N o m e d o Funcionário/Servidor: Heros Santchuk Konishi Matrícula do Funcionário/Servidor: 11085	
2.7-Relação de outros Funcionários remunerados pelo Tribunal de Justiça:		
2.8-Relação de Oficiais de Justiça / Técnicos Judiciários cumpridores de Mandados:		
2.9-Relação de Estagiários:	1 N o m e d o Funcionário/Servidor: Lucas Vinycius Ribeiro Faot Matrícula do Funcionário/Servidor: 265047	
2.10-Relação de Funcionários Celetistas:		
2.11-Relação de Funcionários Juramentados:		
2.12-Relação de Funcionários de Outros		



Órgãos (Cedidos):		
2.13-O quadro funcional da Secretaria/Escrivanha é adequado para o movimento processual existente?	Sim com Observação	Determinação / Recomendação: O Anexo I do Decreto Judiciário prevê 5 servidores para atender de trabalho da Unidade Judiciária.
3-QUADRO FUNCIONAL DO GABINETE DO(A) MAGISTRADO(A)		
3.1-Relação de Assistentes do Juiz:	2 N o m e d o Funcionário/Servidor: Marina Oliveira de Camargo Matrícula do Funcionário/Servidor: 1 7 8 5 5 N o m e d o Funcionário/Servidor: Vanessa Martins Dobuchak Matrícula do Funcionário/Servidor: 15722	
3.2-Relação de Técnicos Judiciários:		
3.3-Relação de Técnicos de Secretaria:		
3.4-Relação de Estagiários de Pós-graduação:		
3.5-Relação de Estagiários de Graduação:	2 N o m e d o Funcionário/Servidor: Lucia Cristina Zicka Chiquetto Matrícula do Funcionário/Servidor: 2 6 4 3 1 6 N o m e d o Funcionário/Servidor: Fernando Victor do Valle Cezar Oliveira Matrícula do Funcionário/Servidor: 259039	
3.6-Relação de outros Funcionários remunerados pelo Tribunal de Justiça:		
3.7-Relação de Funcionários (Cedidos):		
3.8-O quadro funcional do gabinete do(a) magistrado(a) é adequado para o movimento	Sim	



processual existente?		
4-QUADRO FUNCIONAL DA EQUIPE TÉCNICA		
4.1-Relação de Analistas Judiciários da Área Apoio Especializado ou Técnico:		
4.2-Relação de Psicólogos		
4.3-Relação de Assistentes Sociais		
4.4-Relação de Comissários de Vigilância:		
4.3-Relação de Servidores Especializados		
4.4-Relação de Contadores/Avaliadores dos Juizados Especiais		
4.5-O quadro funcional da equipe técnica é adequado para o movimento processual existente?	Prejudicado	
5-CONCILIADORES E JUÍZES LEIGOS		
5.1-Relação de Conciliadores:		
5.2-O número de Conciliadores é adequado para o movimento processual existente?	Prejudicado	
5.3-Relação de Juízes Leigos:		
5.4-O número de Juízes Leigos é adequado para o movimento processual existente?	Prejudicado	
6-INSTALAÇÕES DA UNIDADE JUDICIAL		
6.1-A unidade possui acesso para pessoas portadoras de necessidades especiais?	Prejudicado	
6.2-Há atendimento prioritário às pessoas portadoras de necessidades especiais?	Prejudicado	
6.3-O espaço físico é suficiente para acomodação dos servidores?	Prejudicado	
6.4-O mobiliário é padronizado e está bem conservado?	Sim	
6.5-Os equipamentos de informática		



instalados estão adequados ao quadro funcional ?	Prejudicado	
6.6-Os ambientes estão organizados?	Prejudicado	
6.7-A unidade possui arquivo para armazenamento de processos físicos?	Prejudicado	
6.8-O espaço do arquivo físico é suficiente ?	Prejudicado	
6.9-O arquivo em que armazenados os processos é organizado?	Prejudicado	
6.10-O depósito de materiais de expediente (materiais de escritório) é limpo e organizado?	Prejudicado	
6.11-Todos os bens permanentes (móveis, equipamentos) são utilizados?	Prejudicado	
6.12-Esses bens não utilizados estão armazenados em locais diversos daqueles usados pelo público?	Prejudicado	
6.13-Os ambientes são bem iluminados e ventilados, possuindo ar condicionado em funcionamento?	Prejudicado	
6.14-Os ambientes são higienizados frequentemente?	Prejudicado	
7-SALA DE AUDIÊNCIAS		
7.1-O número de salas de audiência é compatível com o movimento processual existente?	Prejudicado	
7.2-O ambiente é bem iluminado e ventilado, possuindo ar condicionado em funcionamento?	Prejudicado	
7.3-Os ambientes é higienizado frequentemente?	Prejudicado	
7.4-O espaço físico da(s) sala(s) de audiências é adequado?	Prejudicado	
7.5-Existe sala de testemunhas?	Prejudicado	
7.6-Existe visor para reconhecimento de pessoas?	Prejudicado	



7.7-O mobiliário da(s) sala(s) de audiências é padronizado e está bem conservado?	Prejudicado	
7.8-Existe sistema para gravação audiovisual dos depoimentos na(s) sala(s) de audiências de instrução e julgamento?	Prejudicado	
7.9-A quantidade de equipamentos de informática na(s) sala(s) de audiências é suficiente?	Prejudicado	
8-INSTALAÇÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI		
8.1-Tratando-se de vara com competência do Tribunal do Júri, há plenário no Edifício do Fórum destinado às sessões de julgamento?	Prejudicado	
8.2-O espaço físico destinado ao Tribunal do Júri é adequado?	Prejudicado	
8.3-Há sala separada para votação dos quesitos pelos jurados?	Prejudicado	
8.4-As dependências reservadas ao Tribunal do Júri são bem iluminadas e ventilados, com ar condicionado em funcionamento?	Prejudicado	
8.5-O mobiliário do plenário do Tribunal do Júri é padronizado e está bem conservado?	Prejudicado	
8.6-Os equipamentos de informática instalados no plenário do Tribunal do Júri são suficientes?	Prejudicado	
8.7-Existe sistema para gravação audiovisual dos depoimentos no plenário do Tribunal do Júri?	Prejudicado	
8.8-Existe equipamento para projeção no plenário do Tribunal do Júri?	Prejudicado	
8.9-Existe sonorização no plenário do Tribunal do Júri?	Prejudicado	
9-INSTALAÇÕES DO GABINETE		
9.1-O espaço físico do gabinete é suficiente ?	Prejudicado	
9.2-Existe espaço separado para acomodação da assessoria?	Prejudicado	



9.3-O mobiliário do gabinete é padronizado e está bem conservado?	Prejudicado	
9.4-O número de equipamentos de informática do gabinete é suficiente?	Prejudicado	
9.5-As dependências reservadas ao gabinete e assessoria são iluminadas e ventilados, com ar condicionado em funcionamento?	Prejudicado	
9.6-O gabinete é higienizado frequentemente?	Prejudicado	
10-AVISOS AO PÚBLICO		
10.1-A unidade judicial possui quadro de edital?	Prejudicado	
10.2-Possui aviso de prazo para expedição de certidões (24 horas)?	Prejudicado	
10.3-Possui aviso do endereço para reclamações à Ouvidoria Geral da Justiça?	Prejudicado	
10.4-Possui a pauta de audiências do mês?		
10.5-Possui informação do Banco Oficial para Depósitos Judiciais?	Prejudicado	
10.6-Possui informações atualizadas sobre o valor das custas e taxa judiciária?	Prejudicado	
10.7-Possui a relação de intimações veiculadas no Diário da Justiça?	Prejudicado	
10.8-A relação de intimações ao Diário da Justiça sem identificação do nome das crianças e adolescentes e demais partes em ações com segredos de justiça?	Prejudicado	
10.9-No lado externo do Fórum, visível ao público, mesmo as dependências estando fechada, consta o nome e o número do telefone para contato com o responsável pelo plantão, além do nome do Magistrado?	Prejudicado	
11-APREENSÕES		
11.1.1-Data da última remessa de armas:	2017-07-25 00:00:00.0	



11.1.2-Indicar o número do último pedido de providências de remessa:	Número do Processo: 00211216820168160013	
11.2.1-Data do último leilão de apreensões:	2018-03-12 00:00:00.0	
11.2.2-Indicar o número do último pedido de providências de leilão:	Número do Processo: 00242158720178160013	
11.3.1-Data da última doação de apreensões:	2018-05-11 00:00:00.0	
11.3.2-Indicar o número do último pedido de providências de doação:	Número do Processo: 00191794020128160013	
11.4.1-Data da última destruição de apreensões:	2018-04-25 00:00:00.0	
11.4.2-Indicar o número do último pedido de providências de destruição:	Número do Processo: 00009456720178160196	
12--CONCLUSÕES FINAIS		

CRIMINAL

QUESTÃO	RESPOSTA	OBSERVAÇÃO
1-ESTATISTICAS DA UNIDADE		
1.1-Quantidade de processos ATIVOS:	2048	
1.2-Quantidade de processos ARQUIVADOS:	2749	
1.3-Quantidade de processos em INSTÂNCIA SUPERIOR:	239	
1.4-Quantidade de processos SUSPENSOS	116	
2-REMESSAS		
2.1-Os processos estão dentro do prazo legal?	Sim com Observação	Determinação / Recon - 7 ao Distribuidor mais antiga datada de 11. ao Contador mais antiga datada de 14.5.201 controle rigoroso das cargas. * Na ocorrência de prazo, comunicar ao Juiz para adoção de pertinentes.
2.2-Os processos remetidos ao Ministério		



Público estão regulares?	Sim	
2.3-A tramitação dos Inquéritos Policiais está regular?	Não	Determinação / Recon * 5 à Delegacia de Polícia, mais antiga 3.5.2015. REGULARIZAR E JUSTIFICAR. imediata devolução.* Corrigir e manter atu registros no PROJUDI. *Manter controle ri prazos.*Aponta-se que os inquéritos policia de forma física entre Delegacia de Polícia e Público, e recebidos pela Secretaria apenas r ou no pronunciamento pelo arquivamento. D o controle de cargas é exercido pelo Ministéi com o registro da remessa offline apenas. I baixas das cargas.
2.4-O andamento está regular e não há processos paralisados indevidamente por mais de 30 dias?	Não	Determinação / Recon * Retificação - processos paralisados, não exe Processos Paralisados por mais de 30 dias na o mais antigo há 34 dias (Pl 0011143-96.2018.8.16.0013). REGULAR JUSTIFICAR. * 10 Processos Paralisados por dias em Remessa, o mais antigo há (PROCESSO 0015957-06.2008.8 REGULARIZAR E JUSTIFICAR.* Dar andamento aos processos paralisados indev Consultar, frequentemente, o relatório de Processos Paralisados, e cuidar para que os fiquem sem movimentação regular.
2.5-O andamento dos processos está regular e não existe processo aguardando cumprimento de determinação judicial?	Sim com Observação	Determinação / Recon * 21 aguardando análise de conclusão desde com urgência)*Consultar, frequentemente, o Busca de Processos Paralisados, e cuidar p feitos não fiquem sem movimentação regular.
3-CITAÇÕES E INTIMAÇÕES:		
3.1-Os cumprimentos estão regulares, não constando Análises de Decurso de Prazo?	Não	Determinação / Recon * 10 analisar decurso de prazo de intimação d da justiça, desde 24.1.2018;- Justificar o prazo.* 5 analisar decurso de prazo de intim. 12.6.2018;* Manter controle rigoroso, extrair os relatórios da Mesa do Escrivão e evitar qu e outros documentos fiquem paralisados ind na Unidade Judiciária.
3.2-As expedições estão regulares?	Sim com Observação	Determinação / Recon * 26 para expedir intimação, desde 21.5.201 controle rigoroso, extrair diariamente os re Mesa do Escrivão e evitar que processo



		documentos fiquem paralisados indevidamente na Unidade Judiciária.
4-ANÁLISE DE JUNTADA:(na data da correição)		
4.1-Os andamentos estão regulares e não existem processos aguardando análise de juntadas com excesso de prazo?	Sim com Observação	Determinação / Recomendação * 18 análises de juntadas, desde 28.5.2018 (urgência)* Manter controle rigoroso, extrair os relatórios da Mesa do Escrivão e evitar que outros documentos fiquem paralisados indevidamente na Unidade Judiciária.
4.2-Os andamentos estão regulares e não constam processos aguardando análise do cartório com excesso de prazo?	Sim com Observação	Determinação / Recomendação * 21 aguardando análise de conclusão desde 28.5.2018 (urgência)* Consultar, frequentemente, o sistema de Busca de Processos Paralisados, e cuidar para que os feitos não fiquem sem movimentação regular.
4.3-Os mandados estão regulares e não constam documentos aguardando análise de retorno?	Sim com Observação	Determinação / Recomendação * 7 mandados aguardando análise de retorno desde 12.6.2018.* Manter controle rigoroso, extrair os relatórios da Mesa do Escrivão e evitar que outros documentos fiquem paralisados indevidamente na Unidade Judiciária.
4.4-O andamento das cartas eletrônicas está regular e não constam cartas aguardando análise de retorno?	Sim	
5-OUTROS CUMPRIMENTOS:		
5.1-Os decursos de prazo estão regulares?	Não	Determinação / Recomendação * 6 para conferir - maioria certidão de honorários - 8.3.2018. REGULARIZAR e JUSTIFICAR. expedir - maioria são buscas de endereços - 24.11.2015. REGULARIZAR e JUSTIFICAR Urgência.* 53 decurso de prazo - maioria precatórias enviadas. * Levantar todos os processos paralisados, dando imediato cumprimento. Manter controle rigoroso, extrair diariamente os relatórios da Mesa do Escrivão e evitar que os documentos fiquem paralisados indevidamente na Unidade Judiciária.
6-CARTAS PRECATÓRIAS:		
		Determinação / Recomendação * 81 cartas precatórias enviadas.* 46 cartas vencido - mais antiga datada de 19.1.2016



6.1-As Cartas Precatórias ENVIADAS estão dentro do prazo?	Não	fiscalização à 2ª VEPMA do Foro Central de Atentar à correta fixação do prazo para o cu para que não constem na lista dos vencido indevida.* Consultar, com frequência, o cobrar as informações pertinentes e o cump ato deprecado dentro do prazo.
6.2-As Cartas Precatórias RECEBIDAS estão dentro do prazo?	Prejudicado	
7-AUDIÊNCIAS:		
7.1-ÚLTIMA AUDIÊNCIA DESIGNADA	2018-09-11 00:00:00.0	
7.2-TOTAL REALIZADAS	1284	
7.3-CANCELADAS	42	
7.4-NEGATIVAS	15	
7.5-REDESIGNADAS	82	
7.5-TOTAL DE PESSOAS OUVIDAS	5210	
7.6-Nas audiências realizadas, os arquivos são incluídos somente no PROJUDI, sem a formação de mídias de segurança, nem da manutenção de cópias nos computadores da Unidade Judiciária ou pastas compartilhadas (nuvens)?	Sim com Observação	Determinação / Recon * A Secretaria deverá atentar para a cont conteúdo das gravações antes do encerr audiência, a fim de que não ocorram desig falhas técnicas ou perdas de arquivos. * No c precatória oriunda de outro Estado da disponibilizar a chave de acesso do PROJUDI deprecante, a fim de possibilitar a captura diretamente no PROJUDI.* Atentar à Normativa nº 3/16, datada de 11.3.2016, que realização de audiência de custódia no âmbito Judiciário do Estado do Paraná.
8-ANÁLISE DE CONCLUSÕES:		
8.1-Quantidade de processos conclusos:	39	
8.2-Data da conclusão mais antiga:	2018-04-19 00:00:00.0	
9-SUSPENSÕES DE PROCESSOS:		
		Determinação / Recon * Processo 0008252-10.2015.8.16.0013 - statu porém está aguardando cumprimento



9.1-As suspensões estão cadastradas na capa dos processos, estão discriminadas e regulares?	Não	precatória.* É vedado e totalmente irregular o processo, a fim de não figurar na lista de paralisados na Secretaria.* Levantar todos os suspensões indevidas, tornando os processos Atentar a que os feitos não podem ser suspensão determinação do Magistrado e sem prev Registrar o motivo da suspensão no PROJUDI constar, na capa do processo em Suspensão: relatórios do PROJUDI, o tipo da suspensão controle por parte da Secretaria. * REGULAR
10-DEPÓSITOS JUDICIAIS:		
10.1-Cadastrados	431	
10.2-Não levantados	234	
10.3-Os depósitos judiciais estão regulares no PROJUDI?	Não	Determinação / Recon * Ver item 16 abaixo.* A Unidade Judiciária confrontar os registros do PROJUDI com bancários (Banestado/Itaú, Banco do Brasil Econômica Federal), regularizar os cadastros atualizados os levantamentos.* REGULARIZAR
11-PRISÕES E SOLTURAS:		
11.1-Prisão em flagrante mais antiga	2018-04-14 00:00:00.0	
11.2-Prisão temporária mais antiga		
11.3-Prisão preventiva mais antiga	2016-07-15 00:00:00.0	
11.4-Total de prisões ativas por processos ativos	199	
11.5-O número e o tipo de prisões correspondem ao fornecido na certidão pela Unidade Judiciária	Não	Determinação / Recon * Na certidão apresentada, constam: - 3 flags preventivas;- 4 cautelares com monitoria condenações sem trânsito em julgado da sentença condenações com trânsito em julgado da sentença 198 prisões.* A discrepância deverá ser analisada Secretaria.* Corrigir e manter atualizados os registros prisões, converter os flagrantes em preventivas condenatórias, se for o caso. * As prisões de têm que retratar, fielmente, a quantidade de Unidades Penais.* REGULARIZAR
		Determinação / Recon



11.6-O cadastro da prisão está regular?	Não	* 3 prisões em flagrante - mais antiga 0009020-28.2018.8.16.0013 - no cadastro das consta o CPF do indiciado - no cadastro da flagrante, não se vinculou a decisão que a h converteu-se a prisão para preventiva em 14.4 não se atualizou o PROJUDI (doc. 6.1). 0015183-29.2015.8.16.0013 - no cadastro das consta o nome do advogado - no cadastro preventiva, vinculou-se apenas o cumpr cumprimento do Sistema eMandado, e não decisão que a decretou, nem o mandado . Adicionar os documentos que comprovem a solturas dos réus - decisões, mandados de pris. de soltura, além do comprovante de cumpr Sistema PROJUDI/eMandado. * REGULARI
11.7-Os registros do Sistema eMandado - mandados de prisão e alvarás de soltura - estão regulares?	Sim com Observação	Determinação / Recon * Manter rotina de consultas, no mínimo se sistema eMandado dos alvarás de soltura e do de prisão, com eventuais regularizações das p das movimentações de documentos. * Ater Normativa Conjunto nº 8/16, datado de 10.11 dispõe sobre mandados de prisão, ma fiscalização, mandados de monitoração mandados de internação e alvarás de soltura n Paraná.
12-BENEFÍCIOS/MEDIDAS/SUSPENSÕES		
12.1-Transações Penais	1	
12.2-Suspensão Condicional do Processo (art. 89 da Lei nº 9.099/95)	81	
12.3-Medidas Protetivas	0	
12.4-Medidas Cautelares	147	
12.5-Apenas os benefícios da fase de conhecimento estão cadastrados na competência criminal?	Sim	
		Determinação / Recon * Medida Cautelar - 0000548-08.2017.8.16 apresentações são controladas no PROJUDI, se vinculam os termos individualiz comparecimentos. A fiscalização do cumpr medidas aplicadas deve ser feita exclusiv Sistema PROJUDI.* Todas as condições in que estar cadastradas na capa dos processos e com o registro das datas das apresentações e prestações pecuniárias e das horas de pre



12.6-O controle das apresentações é feito exclusivamente no PROJUDI, com a vinculação dos respectivos termos?	Não	serviços à comunidade e das frequências quando for o caso.* No caso de medidas manter 3 datas abertas, a fim de possibilitar o possíveis atrasos pelo PROJUDI, e de evitar de datas futuras na sentença do processo. obrigatoriamente, os comprovantes individuais comparecimentos em juízo, das prestações de das comunicações das prestações de serv frequência aos cursos.* Não vincular termos de apresentações. Esses termos deverão ser digit última apresentação do réu em Juízo constatação da nitidez, serão elimin REGULARIZAR.
12.7-Extraído o relatório, não constam atrasos nos cumprimentos, nem medidas sem cumprimentos gerados?	Não	Determinação / Recon * 254 atrasos nos cumprimentos das condições * 106 medidas sem cumprimentos gerados.* I medidas atrasadas, regularizar as apresent PROJUDI, e vincular o documento de apre Proceder ao cadastro de todas as condições d protetivas, cautelares e das transações e sus capa dos respectivos processos.* REGULARI
13-APREENSÕES:		
13.1-TOTAL DE APREENSÕES NÃO ENCERRADAS	1378	
13.2-TOTAL DE ARMAS NÃO ENCERRADAS	124	
13.3-TOTAL DE ENTORPECENTES NÃO ENCERRADOS	179	
13.4-TOTAL DE VALORES NÃO ENCERRADOS	149	
13.5-TOTAL DE VEÍCULO NÃO ENCERRADOS	65	
13.6-DATA DA ÚLTIMA REMESSA DE ARMAS AO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO	2017-07-25 00:00:00.0	
13.7-DATA DA ÚLTIMA INCINERAÇÃO DE ENTORPECENTES		
13.8-DATA DA ÚLTIMA DESTRUIÇÃO DAS APREENSÕES	2018-04-25 00:00:00.0	
13.9-DATA DA ÚLTIMA DOAÇÃO DAS APREENSÕES	2018-05-11 00:00:00.0	



13.10-DATA DO ÚLTIMO LEILÃO DAS APREENSÕES	2018-03-12 00:00:00.0	
13.11-O cadastro das armas de fogo estão regulares?	Não	Determinação / Recon * Processo 0026555-77.2012.8.16.0013 - 17016/2012 * Não consta a data do cadastro r Não constam os dados básicos para remess Ministério do Exército - tipo de cano e a facilmente identificado no manuseio do revól se vinculou o auto de apreensão.* Não se jun pericial.* Não consta o despacho de perm remessa da arma. * Não consta o deposi obrigatório das apreensões. * REGULARIZ revólveres e pistolas devem ser guardados envelopes plásticos transparentes, individuali a etiqueta da apreensão, sem coldres, nem mu espingardas, as etiquetas devem ser colada adesiva transparente na coronha da arma, co individualizado no SICC e PROJUDI.
13.12-O cadastro dos entorpecentes estão regulares?	Não	Determinação / Recon * Processo 0005817-60.2014.8.16.0187 - 59029/2014 * Não consta a data do cadastro r Localização interna e local atual são diverge se vincularam os autos de apreensão e de cor Não se juntou o laudo pericial.* Não depositário, dado obrigatório das apreensões. apreensões antigas que deverão ser anali destruição e baixa dos registros. REGULARIZ
13.13-O cadastro dos valores estão regulares?	Não	Determinação / Recon * Processo 0012706-67.2014.8.16.0013 - 12711/2014 * Não constam a data do cadastr e o local atual. * Não se vinculou o auto de a Juntou-se o comprovante do deposito Constam apreensões antigas que deverão ser pela Unidade Judiciaria para imediata destina no PROJUDI. * Atentar que as moedas falsa deverão ser cadastradas como objetos, não co REGULARIZAR.
13.14-O cadastro dos veículos estão regulares?	Não	Determinação / Recon * Processo 0009932-35.2012.8.16.0013 - 14428/2018 * Não consta a data do cadastro r Não se vinculou o auto de apreensão.* Não laudo pericial.* Não consta o valor do vei consta o depositário, dado obrigatório das ap Constam apreensões antigas para análise c destinação e baixa no PROJUDI.REGUI Regularizar os depósitos dos bens apreendi lavratura dos respectivos termos, por exe



		veículos apreendidos. Aos bens que não fic guarda do Juízo, serão designados os depo forma oficial.
13.15-São mantidos atualizados os cadastros e as baixas das apreensões no Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA), no site do Conselho Nacional de Justiça - CNJ?	Não	Determinação / Recon * 137 cadastros no SNBA. * Cadastra apreensões e manter atualizadas as SNBA-CNJ, em consonância com a Instruça Oficio-Circular nº 110/10 da CGJ. * A deter regularização dos cadastros constou na ata d anterior e a falta de cumprimento deverá ser pela Secretaria.REGULARIZAR E JUSTIFIC
13.16-As armas e demais objetos estão guardados em local seguro, devidamente identificados?	Prejudicado	
13.17-A destinação das apreensões é formalizada no sistema PROJUDI, com a formação dos pedidos de providências, para destinação antecipada de: remessa de armas e munições ao Ministério do Exército; destruição de objetos; doação de objetos; e leilão de bens?	Sim com Observação	Determinação / Recon * São elaborados apenas pedidos de provid remessa de armas ao Ministério do Ex exemplo, 0012441-26.2018.8.16.0013 * F apreensão em Juízo, após periciadas, não se arma relacionada à crimes contra vida, o pr ser remetido as partes para manifestação n quarenta e oito horas (48h) e, posteriormente para decisão quanto a permanência ou imediata, ainda que em fase de inquérito po menos duas vezes por ano deverá se levantamento de todas as apreensões a dis juízo, a fim de remeter as armas ao Mi Exército, bem como de leiloar, doar ou destrui objetos, a permanência apenas das essencia dos processos, com despachos fundamentados ser formados os respectivos pedidos de pro Atentar à Instrução Normativa Conjunta N' institui normas para a alienação antecipada de
14-MANDADOS E INTIMAÇÕES		
14.1-Os mandados estão atualizados, não constando excesso de prazos?	Sim com Observação	Determinação / Recon * 42 Ordenado / Aguardando Expedi 8.5.2018;* 102 Expedido e não lido (A Retorno) desde 4.6.2018;* A emissão dos m controle dos prazos e o cumprimento dos relativos aos feitos virtuais devem exclusivamente no PROJUDI.
14.2-Os mandados são individualizados por pessoas, a fim de preservar a identidade e a qualificação dos destinatários?	Sim	



14.3-Cumprido o mandado, o oficial de justiça lavra certidão no próprio processo eletrônico, digitaliza a contrafé subscrita pelo destinatário e outros arquivos digitais pertinentes à diligência?	Sim	
14.4-A Unidade Judiciária conferência a certificação dos Oficiais de Justiça de que, no ato das intimações, o réu ter sido questionado quanto ao desejo de recorrer da sentença condenatória e, somente em caso de resposta afirmativa, ter sido lavrado o respectivo termo?	Não	Determinação / Recon * Processo 0024753-68.2017.8.16.0013, na oficial de justiça (doc. 118.2) não questionamento quanto ao desejo de r sentença.JUSTIFICAR E REGULARIZ Secretaria deverá conferir nas certidões lav. Oficiais de Justiça, ao cumprir o mandado da sentença condenatória, se constou obrigat indagação ao réu do desejo de recorrer da ser como a sua resposta, com a lavratura do termo caso positivo. * Constatada a falta de cumpr parte do Meirinho, após ter sido solicitado o a Unidade Judiciaria certificará o fato nos p encaminhara ao Magistrado, para adoção c providências. * REGULARIZAR e JUSTIFIC
14.5-Nas intimações feitas pelos servidores (no balcão), também é cumprida a determinação de questionar ao réu sobre o desejo de recorrer da sentença condenatória, com a lavratura do termo somente em caso afirmativo?	Não	Determinação / Recon A determinação do item anterior deverá ser também, na intimação do réu no balcão c Judiciária ou na própria audiência.* REGUL JUSTIFICAR
15-COBRANÇA DAS CUSTAS PROCESSUAIS, EXECUÇÃO DA PENA MULTA E DEMAIS SANÇÕES PECUNIÁRIAS		
15.1-A pena de multa é executada no próprio processo da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, seja ela aplicada isolada ou cumulativamente com outra pena?	Sim com Observação	Determinação / Recon * Segundo informações da Secretaria.*A Normativa nº 2/15, que trata do recolhimento ao FUNJUS e das multas ao Fundo Pe Estadual, com a disponibilização de informatizado para geração da guia para recoll
15.2-A Unidade Judiciária confere, semanalmente, as pendências no PROJUDI, a fim de constatar as guias que foram quitadas e, no caso de falta de pagamento, emite as certidões de sentenças, para inscrição em dívida ativa ou protesto, com a juntada da cópia nos processos?	Não	Determinação / Recon * Constam 292 Multas Fupen vencidas e pe ordenação.* REGULARIZAR.* Cur determinações da Instrução Normativa nº 02/1
15.3-A Unidade Judiciária vincula o número da guia de pagamento do FUNJUS no	Não	Determinação / Recon



PROJUDI, o que possibilita a comprovação automática da quitação no sistema?		* Constan 5 Multas Fupen quitadas e pe juntada de quitação.* REGULARIZAR.* (determinações da Instrução Normativa nº 02/1
15.4-Acostada a informação do comprovante do depósito do FUNJUS ou da certidão da falta de pagamento, assim como do pagamento da multa ao FUPEN ou da inadimplência, o processo é encaminhado à conclusão para análise e a decretação: da extinção da pena de multa pelo pagamento; do arquivamento por falta de pagamento e conversão em dívidas de valor; ou do arquivamento por impossibilidade da cobrança por falta dos dados do réu?	Não	Determinação / Recon * Constan 8 Prestações Pecuniárias Recolhimento de Custas) em atraso.* REGUL Cumprir as determinações da Instrução No 02/15
15.5-Não há recebimento de valor de multa e de qualquer despesa processual (por exemplo, custas, certidões, etc.) por parte da Unidade Judiciária, que não estejam previstas em Lei, e que importe em imediato depósito bancário, com a emissão da respectiva guia?	Sim com Observação	Determinação / Recon * Zelar para que todos os recebimentos de er da Unidade Judicial (custas, certidões, etc.) s exclusivamente, por meio de guias do FUNJ vedação de qualquer outra forma de recolhime
16-DEPÓSITOS JUDICIAIS E LEVANTAMENTOS		
16.1-A Unidade Judiciária solicitou os extratos dos bancos oficiais (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Banestado/Itaú) das fianças e apreensões à disposição do Juízo?	Sim com Observação	Determinação / Recon Segundo informações da Secretaria.
16.2-Todos os depósitos dos outros bancos foram transferidos, atualizados e regularizados para a Caixa Econômica Federal?	Não	Determinação / Recon * Depósitos no Banestado/Itaú 0016353-41.2012.8.16.0013) * Depósitos no Brasil (processo 0014187-70.2011.8.16.0013) todas as contas vinculadas ao Juízo, regulariza do Banco do Brasil para a Caixa Econômi conforme determinação da Presidência do T Justiça. * Atualizar os registros e vincular os c comprobatórios no PROJUDI. * A Unidade deverá confrontar os registros do PROJUDI extratos bancários (Banestado/Itaú, Banco c Caixa Econômica Federal), regularizar os c manter atualizados os levantamentos.* REGU
16.3-Todas os valores recebidos a título de fiança e decorrentes de apreensões estão depositados no banco oficial, em contas vinculadas ao juízo?	Sim com Observação	Determinação / Recon Segundo informações da Secretaria, "sim, co de moedas estrangeiras pendentes de conforme SEI nº 0074603-75.2017.8.16.6000"
16.4-No cadastro do depósito de valores no		



PROJUDI, a Unidade Judiciária especifica ser decorrente de apreensão, de alienação, de recolhimento de fiança, de pagamento de custas ou de cumprimento de pena?	Não	Determinação / Recom Processos 0021138-07.2016.0001468-16.2016.8.16.0196,0002569-55.2016 entre inúmeros outros depósitos que não natureza. * JUSTIFICAR.* Regularizar imedi
16.5-A movimentação dos valores depositados em Juízo é feita mediante alvará judicial (a ser levantado pelo réu ou seu procurador), ou por ofício à Unidade Bancária (no caso de transferência de valores para FUNJUS, FUNREJUS ou outros Órgãos), assinado, sempre que possível, por certificação digital do Magistrado, observadas as determinações do Código de Normas (número de série, prazo de validade, dentre outros)?	Sim com Observação	Determinação / Recom Segundo informações da Secretaria.
16.6-Nas hipóteses em que o réu foi intimado e não compareceu para o levantamento, bem como nos casos em que foi impossível sua localização para intimação pessoal, após esgotadas todas as diligências, o valor atualizado da fiança foi recolhido ao FUNREJUS, a título de receitas eventuais, mediante guia apropriada?	Sim com Observação	Determinação / Recom Processo 0013776-22.2014.8.16.0013 - doc. 2
16.7-Extraí-se do "Livro de Registro de Depósitos on line" não haver valores pendentes de destinação (restituição, pagamentos de custas e multas ou remessa ao FUNREJUS) de inquéritos policiais e processos criminais sentenciados?	Sim com Observação	Determinação / Recom * Evitar que os saldos remanescentes fiquem e a disposição em conta vinculada ao Juízo.
16.8-Total de Depósitos (fianças e apreensões)	431	
16.9-Total de Valores não levantados	234	
17-ANÁLISE PROCESSUAL POR AMOSTRAGEM		
17.1-Todos os inquéritos policiais foram cadastrados no PROJUDI, e juntados apenas a capa do inquérito policial, sem a digitalização dos demais documentos?	Não	Determinação / Recom * Inquérito nº 0000001-95.2018.8.16.0013, di movimentado no PROJUDI, contrariando a de dos Ofícios-Circulares nº 52/15 e 70/16.* JUS Atentar à digitalização dos processos cor individualizados e nominado de forma correte determinação do item 3.2.1.III.a da Instrução nº 05/14 e seus Anexos. A digitalização em b de documentos) é desaconselhada, salvo o arquivamento do inquérito policial pelo art.



		ou suspenso pelo art. 366 do CPP. Os c digitalizados devem ser arquivados no mo processos.
17.2-Todos os processos estão digitalizados no PROJUDI, com documentos individualizados, com as taxinomias, juntados na mov. 01?	Sim com Observação	Determinação / Recon * A Instrução Normativa nº 5/14, datada d determina as formas de cadastro dos pr PROJUDI na competência criminal, com c individualizados e com as respectivas taxinom
17.3-Transitada em julgado a sentença, a Unidade Judiciária expede, imediatamente, a guia de recolhimento ou de execução (conforme a sentença aplicada ou situação prisional do réu), assim como a guia suplementar, em caso de alteração na situação executória e, ainda, guias provisórias?	Não	Determinação / Recon * Constam 15 Autuações da Guia de Execuça (Importação Criminal)* Atentar para a expedição de guia de recolhimento/execuçã transitada em julgado a sentença condenat como a expedição de guias de recolhiment suplementares (em caso de alteração n executória) e, ainda, guias de recolhimento se for o caso. As guias de recolhimento/exi que ser expedidas, obrigatoriame SICC/PROJUDI. (Ofício-Circular nº 164/201 * Atentar aos diferentes tipos de guias, por ex de recolhimento apenas para os regimes semiaberto, se o réu estive ou vier a ser pres execução para o regime aberto, penas alternativas, ou se o réu estiver foragido.
17.4-Procede o arquivamento definitivo dos processos, inquéritos policia e incidentes?	Não	Determinação / Recon * 1 processo arquivado provisoriamente, ser definitiva - Processo 0002631-32.2015.8 Evitar a pratica de arquivar feitos provisoria as devidas baixas.* Zelar pelo cumprimento diligencias finais, para que os processos não p na estatística da Vara como processos em Atentar, ainda, as comunicações obrig REGULARIZAR.
17.5-Utiliza de forma correta a aba relativas aos habeas corpus?	Não	Determinação / Recon * Processo 0022604-02.2017.8.16.0013.* D Unidade Judiciária deverá utilizar a aba "HC para inserção das informações prestadas pelo assim como das decisões proferidas pelos Ti sede de habeas corpus. * REGULARIZAR.
18-SISTEMA INFORMATIZADO DO CARTÓRIO CRIMINAL		
		Determinação / Recon * Extraídos os relatórios do SICC, foram co Andamento - 2008.9570-7, pedido de



18.1-Os relatórios do SICC estão atualizados, e retratam a realidade da Unidade Judiciária?	Não	provisória, com fase arquivado, porém com andamento no SICC; - 49 Movimentos para a manutenção dos registros no SICC;- 23 Movimentos Antigos - que não foram atualizados e estão com Cargas abertas e com prazos excedidos, por e Promotor de Justiça desde 23.8.2016; ao 3.5.2018; ao Advogado desde 10.5.2018; até 7.6.2018 - as cargas têm que ser atualizadas no SICC.- 479 Apreensões sem depósito de 1 Fiança sem levantamento.REGU imediatamente os registros do SICC para que realidade dos processos físicos da Unidade *Ao final dos feitos físicos, não deverão restar em andamento no SICC (fase, ato, movimentos apreensões, fianças, etc.).
18.2-A exceção do Livro de Dados Sigilosos, os demais foram encerrados e estão devidamente encadernados?	Sim com Observação	Determinação / Recomendação *Livro de Bens Permanentes nº 1, encerrado de Dados Sigilosos nº 1. Enquanto houver a (inquéritos policiais), o livro deverá permanecer. O sigilo dos documentos do Sistema PROJUDI registrado no próprio sistema, sem a necessidade de extração de cópias e juntada neste arquivo. Atender ao nível de sigilo dos processos e é e pelo Magistrado. Observar;
19-OUTRAS INFORMAÇÕES		
19.1 * No caso de sentença condenatória em que não seja possível recorrer em liberdade ou após o trânsito em julgado da sentença, faz o pedido vaga à Central de Vagas do DEPEN, pelo Sistema Mensageiro, com o encaminhamento da cópia da guia de recolhimento provisória ou definitiva, conforme o caso, assim como os demais documentos previstos no Ofício-Circular nº 69/2012?	Não	Determinação / Recomendação * Cumprir as determinações do Ofício-Circular da CGJ, que dispõe sobre a Central de Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, orientando os procedimentos que devem ser adotados para implantação de réus provisórios e com sistema prisional.
19.2-A Unidade Judiciária consulta, diariamente, as publicações no sítio da Corregedoria Geral da Justiça (Provimentos, Instruções, Ofícios-Circulares), bem como as publicações no sítio do Tribunal de Justiça (Resoluções, dentre outros) e do Conselho Nacional de Justiça?	Não	Determinação / Recomendação * E dever funcional a consulta frequente das publicações da Corregedoria-Geral da Justiça (Provimentos, Instruções, Ofícios-Circulares), bem como as publicações do Tribunal de Justiça (Resoluções, dentre outros), e do Conselho Nacional de Justiça.
19.3-A Unidade Judiciária consulta, diariamente, o sistema Mensageiro, o Malote Digital e o e-mail corporativo, meios de comunicação oficiais do Tribunal de Justiça?	Sim com Observação	Determinação / Recomendação Segundo informações da Secretaria. Atender ao Ofício-Circular nº 5/17 que determina a obrigatoriedade do e-mail corporativo da Unidade para remessa e recebimento de documentos, por laudos periciais.



19.4-Foram cumpridas as determinações das Correições anteriores?	Não	Determinação / Recon * Apontado nos itens anteriores, por exemplo atualização das apreensões no SNBA-CNJ; a 1 dos registros do SICC atualizados; a da certifi mandados, pelos Oficiais de Justiça, do ques do desejo de recorrer do Oficial de Justiça nos a suspensão do processos sem fundament determinação judicial; da juntada de docu cadastro das prisões; do cadastro con apreensões, com a vinculação dos d pertinentes; da regularização das inconsi pendências da mesa do corregedor; do registr CPF do polo passivo; entre outros.* JUSTIFIC
20-CONCLUSÕES FINAIS		

APONTAMENTOS FINAIS

Observações:

Os questionários das instalações, equipamentos e avisos estão prejudicados, pois a Unidade Judiciária mudou para o Centro Judiciário do Tribunal de Justiça. 1 - Constam as seguintes inconsistências e pend correção imediata pela Secretaria:- Feitos com réu sem RG/IIPR 61- Ações penais sem denúncia 7- infração penal 215- Feitos sem data de infração 2- Processos físicos sem sentença anotada 1- Apre documento vinculado 240- Feitos com apreensões de valores sem depósito judicial 1- Inquéritos/flagrante de arquivamento 12 - Ainda, constam, ainda, 764 registros sem o RG ou CPF do polo passivo, de pr andamento e arquivados.3 - Toda a identificação de indiciados, réus e condenados será feita pelo identidade, exclusivamente, do Instituto de Identificação do Estado do Paraná. Essa obrigatoriedade se es pessoas que possuam outro tipo de documento (cédula de identidade de outros Estados da Federação, C de trabalho, passaporte, etc.) ou que sejam de outra nacionalidade. Diante disso, a Secretaria deverá número de cadastrados no SICC que não possuem o número de identidade do Estado do Paraná, e adotar para suprimimento desse registro. Para tanto, encaminhará a relação, com identificação minuciosa de ca solicitará que seja feito o cadastro no Instituto de Identificação, conforme Ofício-Circular nº 170/2014, co cadastro no SICC, no PROJUDI e demais Sistemas informatizados do Tribunal de Justiça. 4 - A disponibilizado o inquérito online, recebido os processos físicos na Unidade Judicial, esta deverá ca PROJUDI e digitalizar apenas a capa. Os processos tramitarão de forma física, com a remessa off Ministério Público no PROJUDI e a remessa dos processos físicos. (Ofício-Circular nº 70/16).4.1 - Por e orienta-se que não haja a digitalização de peças, as quais poderão ficar desordenadas ou demandarão i constante para que não ocorram omissões na inserção de documentos essenciais no PROJUDI.4.2 - Tod relativas às manifestações do Magistrado, do Ministério Público, da Delegacia de Polícia e dos Adv indiciados deverão ser juntadas de forma física aos respectivos inquéritos policiais.4.3 - Somente após o processos com a denúncia proposta, a Unidade Judicial deverá digitalizá-los na íntegra, preferencialment prevista do item 2.7.1 da Instrução Normativa nº 5/14, o que proporcionará a vinculação de docu facilitação no processamento das informações, com posterior encaminhamento a conclusão.4.4 - Devolv pronunciamento pela extinção da punibilidade, deverão ser digitalizados apenas o ato que instaurou policial e o pronunciamento do Ministério Público. Procederá à conclusão dos processos virtuais e Magistrado para decisão. A decisão deverá ser lançada nos processos virtuais e físicos, com o arquiv ambos. No caso de arquivamento dos processos, não haverá necessidade da digitalização das demais p contrário, as demais peças serão digitalizadas, com o prosseguimento da tramitação dos processos. 4.5 - pronunciamento pelo arquivamento com base no art. 18, do Código de Processo Penal, no caso de o aceitar a manifestação, a decisão será proferida nos processos virtuais e físicos, com a digitalização documentos em bloco (agrupados).5 - Atentar ao Ofício-Circular nº 69/2012, que dispõe sobre a Central d



Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, com orientação dos procedimentos que devem ser adimplantação de réus provisórios e condenados no sistema prisional.

Determinações:

UNIDADE JUDICIÁRIA:1. Concede-se o prazo de 90 (noventa) dias para que a Secretaria cumpra as determinadas nesta ata, sob a supervisão do Magistrado, independente de outra medida administrativa a ser t relatório circunstanciado deverá ser encaminhado pelo Magistrado à Corregedoria-Geral da Justiça no ref acompanhado da certidão lavrada pela Secretaria, com as informações do saneamento das irregu cumprimento das determinações, de acordo com o disposto no CN 1.13.65.3. Os documentos serão rem sistema Mensageiro, diretamente à Seção de Inspeções e Correições da Corregedoria, para o login vist, pelo processamento das informações.CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA:À Seção de Inspeções e da Corregedoria para os devidos fins.Nada mais a ser consignado pelo Desembargador Rogério L Kanayama, Corregedor-Geral da Justiça e pelo Doutor Wilson José de Freitas Junior, Juiz Auxiliar da C lavrou-se a presente ata pelo Assessor Correcional Caio Cassou Junior, assinada digitalmente.

Curitiba, 26 de Junho de 2018.

Des. ROGERIO LUIS NIELSEN KANAYAMA Corregedor-Geral da Justiça

